

18 NOV 1991

Parlamentares tentam aprovar projetos em esforço concentrado

ESTADO DE SÃO PAULO

Emendão não vai entrar na pauta prioritária de votações

GUILHERME EVELIN

BRASÍLIA — O Congresso começa, esta semana, a correr em busca do tempo perdido. A partir da quarta-feira, Câmara e Senado estão em regime de esforço concentrado — a versão brasiliense da saga de Marcel Proust. Deputados e senadores terão 25 dias, até 15 de dezembro, quando o Congresso entra oficialmente em recesso, para tentar aprovar, entre outras coisas, alguns projetos que eles não conseguiram votar no resto do ano.

Semana passada uma nova ameaça começou a conspirar contra o sucesso do esforço concentrado. Os partidos de oposição decidiram obstruir a pauta enquanto não forem votados os vetos à política salarial. Como nem a oposição nem o governo têm maioria no Congresso, nenhum projeto será aprovado antes da apreciação dos vetos.

Independentemente do resultado da votação dos vetos, o esforço concentrado já tem uma pauta prioritária. Ela exclui, apesar dos apelos do presidente Fernando Collor, o Emendão. Mas contempla um projeto fundamental para o governo: o ajuste fiscal, através do qual a União pretende, no próximo ano, aumentar sua arrecadação em US\$ 12,5 bilhões (Cr\$ 9 trilhões, pelo câmbio comercial).

Embora a experiência ensine que a pauta prioritária é flexível, ela tem pelo menos

um ponto "imexível", como diria o ministro do Trabalho, Antônio Rogério Magri: o orçamento do próximo ano. A Constituição determina que o Congresso não pode entrar em recesso enquanto o orçamento não for votado.

Os principais projetos da pauta prioritária são:

■ **Lei Orgância dos Partidos** — O projeto dificulta a obtenção de registro definitivo de partido político. Propõe que a partir das eleições de 1994 só terão direito ao registro os partidos que conseguirem 5% dos votos válidos para deputado federal no País, ou que conseguirem eleger um representante na Câmara e em pelo menos um terço das Assembléias.

■ **Participação no Lucros** — A Comissão de Trabalho da Câmara vota quarta-feira o substitutivo do deputado Carlos Alberto Campista (PDT-RJ) ao projeto aprovado no Senado que propõe a livre negociação entre patrões e empregados para decidir o percentual de participação dos trabalhadores nos lucros das empresas.

■ **Propriedade Industrial** — O projeto, encaminhado pelo governo em maio, propõe o reconhecimento das patentes estrangeiras nas áreas da indústria farmacêutica, da química fina e da biotecnologia.

■ **Lei de Imprensa** — Esta semana o Senado pode aprovar o projeto da nova Lei de Im-

presa, que revoga a lei em vigor, concebida no regime militar, anistia quem está sendo processado com base na lei atual e abre a possibilidade da prova da verdade contra o presidente da República, ministros e os presidentes da Câmara e do Senado.

■ **Desregulamentação dos portos** — O projeto, enviado ao Congresso pelo presidente Fernando Collor em fevereiro, propõe medidas para modernizar e aumentar a produtividade dos portos, com o fim da administração pública e da atuação dos sindicatos de portuários no agenciamento de trabalhadores.

■ **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** — O projeto, de autoria do ex-deputado Jorge Hage, aguarda votação desde o final do ano passado por causa das restrições do governo e das escolas particulares. Propõe eleições para a escolha dos reitores nas universidades federais e gestão democrática nas escolas particulares.

■ **Orçamento** — O Orçamento da União para o próximo ano — Cr\$ 51,3 trilhões, em valores de abril — tem de ser votado até o dia 15 de dezembro. Os trabalhos da comissão mista do Congresso estão atrasados. Dos 65 relatórios parciais sobre as 75 mil emendas apresentadas ao orçamento, apenas nove tinham sido aprovados, até a semana passada.